

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for transcrito em seu respectivo espaço definitivo.
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **15,00 pontos**, dos quais até **0,75 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

QUESTÃO 1

O delegado-chefe de determinada delegacia de polícia interrompeu as férias de um escrivão de polícia que lhe era subordinado, sob o argumento da necessidade de serviço, conforme as razões explicitadas no ato administrativo formalizado. Tal ato administrativo, ao explicitar a razão da interrupção, fazia referência a outro ato administrativo do mesmo delegado, no qual havia sido reconhecida a necessidade do serviço decorrente de operação policial deflagrada com grandes quantidades de buscas e apreensões. O escrivão de polícia, ao retornar de suas férias no dia seguinte à emanção do referido ato administrativo, verificou que não havia operação policial alguma em curso e questionou judicialmente a interrupção de suas férias pelo delegado de polícia.

A partir da situação hipotética precedente, considerando os elementos do ato administrativo, atenda, de maneira fundamentada, ao que se pede a seguir.

- 1 Apresente os conceitos de motivo e motivação no âmbito do direito administrativo, identificando a aplicação de cada um deles no caso narrado. [valor: 8,00 pontos]
- 2 Explique, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), se é permitida a sindicabilidade do ato administrativo expedido pelo delegado de polícia. [valor: 6,25 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

O governador do estado X sancionou projetos de leis propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Assembleia Legislativa, veiculando as seguintes disposições normativas: reconhecimento do porte de armas para vigilantes de empresas de segurança privada; e atribuição à Polícia Civil do Estado X da competência para supervisionar e definir o trabalho dos agentes de polícia judicial, responsáveis pela segurança institucional do Poder Judiciário do estado X.

Considerando a situação hipotética precedente, analise, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a constitucionalidade das disposições normativas contidas nos projetos de lei sancionados pelo governador do estado X.

QUESTÃO 2 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 3

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de toxicofilia ou toxicomania é um estado de intoxicação periódica ou crônica, nociva ao indivíduo ou à sociedade, produzida pelo repetido consumo de uma droga natural ou sintética. O art. 1º, §1º, da Lei n.º 11.343/2006 considera como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei e relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Descreva os tipos de embriaguez (voluntária e involuntária). [valor: 4,75 pontos]
- 2 Explique a teoria da *actio libera in causa*. [valor: 4,75 pontos]
- 3 Apresente o conceito de embriaguez preordenada e o efeito causado na pena a ser aplicada ao agente. [valor: 4,75 pontos]

QUESTÃO 3 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 4

Durante a realização de diligências em um caso de violência doméstica, a polícia civil recebeu um vídeo que registrou um episódio em que o agressor, em sequência contínua de atos, proferia ameaças de morte contra a ex-companheira e, logo após, a agredia fisicamente com socos e empurrões. Durante a lavratura do auto de prisão em flagrante do agressor, os policiais ficaram em dúvida se era necessário registrar separadamente as condutas de ameaça e agressão ou se uma das condutas estaria juridicamente absorvida pela outra.

Considerando a situação hipotética precedente, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Analise se a situação relatada configura concurso de crimes ou conflito aparente de normas penais, justificando se ambas as condutas devem ser tratadas de forma autônoma ou se há hipótese de absorção jurídica. [valor: 5,00 pontos]
- 2 Aborde o princípio aplicável ao caso concreto. [valor: 5,00 pontos]
- 3 Discorra acerca da atuação funcional do delegado de polícia na situação relatada. [valor: 4,25 pontos]

QUESTÃO 4 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 5

Durante a apuração de uma notícia-crime instaurada por suposta violação de dever funcional, um servidor público estadual declarou ter repassado a um jornalista local informações sigilosas sobre um processo administrativo disciplinar ainda em andamento na repartição em que trabalhava. O servidor público estadual justificou sua conduta afirmando ter recebido autorização verbal de seu superior hierárquico, o qual lhe teria informado haver consulta informal à Procuradoria do Estado, que permitia essa divulgação.

Em investigação preliminar, como os fatos poderiam, em tese, subsumir-se ao crime de violação de sigilo funcional, previsto no art. 325 do Código Penal, houve a abertura de inquérito policial para a apuração do fato supostamente delituoso.

Considerando a situação hipotética apresentada, apresente, na condição de delegado de polícia civil responsável pelo inquérito policial, análise jurídica acerca da alegação do investigado. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Analise se a situação relatada caracteriza erro de proibição ou erro determinado por terceiro. [valor: 5,00 pontos]
- 2 Aborde as consequências jurídicas decorrentes da comprovação tanto do erro de proibição quanto do erro determinado por terceiro. [valor: 5,00 pontos]
- 3 Discorra sobre a atuação esperada do delegado de polícia diante da situação narrada. [valor: 4,25 pontos]

QUESTÃO 5 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 6

De maneira fundamentada, aborde o fundamento, a natureza jurídica e o conceito do princípio do contraditório, discorra sobre o direito de acesso do investigado aos autos do IP e explique o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da aplicabilidade do referido princípio ao IP.

QUESTÃO 6 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 7

Discorra, de maneira fundamentada, sobre a ação de *habeas corpus*, abordando os seguintes aspectos:

- 1 conceito, fundamento, objeto e alcance no âmbito do processo penal; [valor: 8,00 pontos]
- 2 principais regras a serem observadas caso o paciente esteja preso quando do recebimento do seu *habeas corpus* pelo juiz. [valor: 6,25 pontos]

QUESTÃO 7 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 8

Há no Brasil, hoje, um número muito elevado de crimes envolvendo o que se chama comumente de pirâmide financeira, como, por exemplo, um esquema de engorda de gado, sob o disfarce de *marketing* multinível, prometendo lucros, remunerações e benefícios futuros irreais, cujo pagamento depende do ingresso de novos investidores ou de aquisição de produtos para uso próprio, em vez de vendas para vítimas que não são participantes do esquema.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Apresente os conceitos de pirâmide financeira e *marketing* multinível. [valor: 5,50 pontos]
- 2 Discorra sobre a correta tipificação legal da conduta daquele que realiza a captação de recursos financeiros de indivíduos por meio de pirâmides financeiras, como, por exemplo, um esquema envolvendo engorda de gado, conforme acima mencionado, esclarecendo se essa prática caracteriza, à luz do entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal Justiça (STJ), crime contra a economia popular (Lei n.º 1.521/1951) ou crime contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n.º 7.492/1986). [valor: 8,75 pontos]

QUESTÃO 8 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 9

O artigo 40, inciso IV, da Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas), prevê a aplicação de majorante para o agente que praticar, entre outros, o crime de tráfico de drogas, aumentando-se sua pena de um sexto a dois terços quando o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, analise, de acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a aplicabilidade da majorante citada em situações em que a arma de fogo tenha sido apreendida no mesmo contexto do tráfico de drogas [**valor: 8,25 pontos**], esclarecendo quando a situação caracterizaria delito autônomo previsto no Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003) ou concurso material com o crime de tráfico de drogas (Lei n.º 11.343/2006) [**valor: 6,00 pontos**].

QUESTÃO 9 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 10

Em abril de 1986, uma explosão seguida de incêndio na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia — parte da então União Soviética —, provocou uma catástrofe sem precedentes em toda a era nuclear: uma quantidade imensa de partículas radioativas foi lançada na atmosfera da região e em boa parte da Europa. Em poucos dias, a cidade de Pripjat, fundada em 1970, teve que ser evacuada. Pessoas, animais e plantas, expostos à radiação liberada pelo vazamento da usina, padeceram imediatamente ou nas semanas seguintes.

Em um município brasileiro, no início dos anos 2000, uma empresa foi autuada por despejar resíduos químicos não tratados em um rio, tendo causado a mortandade de peixes e a contaminação da água usada por comunidades ribeirinhas. Apesar da multa aplicada pelo órgão ambiental, o titular da ação penal optou por não denunciar os responsáveis criminalmente, sob a alegação de falta de provas suficientes para configurar o dolo. Anos depois, pesquisas identificaram o aumento de doenças crônicas na população local devido à contaminação da água.

Considerando que os textos acima tem caráter unicamente motivador, explicita a matriz criminológica que surgiu, como campo interdisciplinar, para o estudo dos crimes ambientais, esclarecendo a perspectiva teórica utilizada para analisar as situações descritas nos textos acima e apontando dificuldades enfrentadas no âmbito do Direito Penal tradicional para a efetivação desse pensamento criminológico.

QUESTÃO 10 – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
